

Guiné: a longa marcha de um

AQUINO DE BRAGANÇA foi um dos companheiros de Amílcar Cabral cujo itinerário seguiu desde os remotos tempos de Marrocos e Argel, em que no meio das dificuldades de toda a ordem a organização, então incipiente, lançava os alicerces do combate contra o colonialismo. É, sem dúvida, Aquino de Bragança, o jornalista que melhor conhece a trajetória da revolução ou revoluções que tinham como finalidade a libertação da África do domínio português. Foi companheiro de muitos outros líderes dos movimentos de libertação. Actualmente, além da sua missão jornalística, vive em Argel onde é professor na universidade. Pois é Aquino de Bragança quem hoje analisa para os leitores do EXPRESSO a «longa marcha de um revolucionário africano», assassinado em Conakri, um dos maiores homens da África negra. Um homem que, saído da burguesia, mergulhou no povo a fim de o despertar para a sua identidade.

A AFRICA está em crise. Pode-se mesmo dizer que está doente. O seu mal foi há já muito tempo diagnosticado pelo autor de "Os Condenados da Terra". Como Fanon dizia numa fórmula exemplar ele é: "A ausência de ideologia dos seus dirigentes" (Frantz Fanon: "Les Damnés de la Terre" — Paris, Maspero (1961) Quem eram, então estes dirigentes?

O grupo social que constituía o alfobre das elites dirigentes africanas, à cabeça dos movimentos nacionalistas, era a pequena-burguesia urbana. Minoria nacionalista e própria, defendendo pela acção colectiva de massas os interesses particulares dos seus membros mas, quando adquiria a independência —, ela usou e abusou muitas vezes da sua posição para explorar, havia lá Fanon prescrevia a necessidade imediata de "neutralizar" a sua ascendência vertiginosa para o poder mas sem clarificar como isso era possível. É um facto que esta camada era de um electorado exemplar. Contrariamente à pequena-burguesia europeia que, no início da industrialização, havia tido uma função "progressista", no seu desta camada africana, dizia ele, "não se encontram nem industriais, nem elementos de Finanças... (ela), não está orientada para a produção, a invenção, a construção, o trabalho, ela está intrinsecamente canalizada para as actividades de tipo "arranjinhos" parece ser a sua vocação profunda".

Como encher, então, este vazio hereditário da história? Esta questão poderia pôr-se de outro modo, como Amílcar Cabral afirmou, tanto mais que certas potências europeias recusam-se ainda a ir no "sentido da história" para "conceder" a independência às suas colónias. Seria, sim, mais oportuno perguntar-se, frivola Cabral "quem será capaz de assumir o direito do poder colonial, de tomar em mão o seu aparelho de Estado?"

Fanon respondera sem hesitar a esta questão fundamental: "Os camponeses, uma vez que, nos países coloniais, somente o camponês é o verdadeiro revolucionário". Esta problemática camponesa do autor de "Os Condenados da Terra", foi objecto de uma análise extremamente aprofundada por um responsável político do Partido dos Trabalhadores do nome, Nguyen Nghe (La pensee — n.º 107). Apoiava-se sobre a rica e exemplar experiência vietnamita para mostrar que Fanon se enganou, ao esperar uma acção revolucionária por parte do camponês e que "uma revolução camponesa não pode ser mais que uma aventura sem sentido".

Além de a canção para-clivada da Fanon — sobre a natureza revolucionária do camponês angolano — não evitou um "espontaneísmo camponês", mas pôs em insurreição angolana a uma dorosa derrota, em Março de 1961. É forçoso lembrar Zahir, que "Fanon dá-nos numa adequada descrição fenomenológica do nacionalismo mas acontece que as categorias que utiliza nada têm a ver com a análise da estrutura das classes, quer dizer, as relações económicas de dependência" (R. Zahir: "L'oeuvre de Frantz Fanon", Ed. Maspéro (1970), pg. 105).

É certo que o ponto de partida na reflexão de Cabral para responder a esta questão inquietante assentava numa mesma verificação de Fanon, a saber, "a carência ideológica dos nacionalismos africanos" — mas pôs em conclusões diferentes das do autor de "Os Condenados da Terra".

Qualquer desambrigo no campo das ideologias africanas (tegridade, socialismo africano, etc.) — ideologias de imitação — era estranha ao "líder" africano. O primeiro passo de Cabral foi, pois, pôr em causa os "conceitos-chave" (concepts-clé) que abundam na literatura africana, para verificar a sua validade científica. Assim, já em 1960 (ano da África), Cabral punha os africanos de sobrelento contra a eufória das ideologias africanas outorgadas: "A crise da revolução africana, longe de ser uma crise de crescimento, é profundamente uma crise de combocimento... Em muitos casos, a prática da luta de libertação e as perspectivas para o futuro não são somente desprovidas de base teórica, mas também descoladas da realidade concreta de nós" (Amílcar Cabral: "Um curso de consciências" Publicado pelo Dep. de Informação do PAIGC (1961).

Vejamos as coisas mais de perto.



Amílcar Cabral com Jacques Vignes e Aquino de Bragança (à esquerda)

A busca de um instrumento

Cabral apercebera-se que nem das classes sociais em formação na Guiné estava em condições de levar a bom termo, apenas pelos seus próprios esforços, o combate contra o ocupante. Ele concebeu então uma estratégia que lhe iria permitir a formação política clandestina, solidamente estruturada e relativamente homogênea capaz, servava ele, de mobilizar o conjunto da população contra o ocupante português.

O lento processo de urbanização, não tendo sido acompanhado de industrialização (G. Balandier: "Le fait urbain en Afrique Occidentale e central", como corolário à ausência de uma classe operária potencial nas cidades guineenses, das quais a mais importante, Bissau (capital administrativa) contava, nos anos 60, apenas 25 000 habitantes. Este combate levou os responsáveis nacionalistas a regular os caminhos propostos por um certo "marxismo institucionalizado" — constituindo "a priori" em "socio-faire" e que postulava por todo o lado a vocação revolucionária do proletariado africano (mesmo onde ela não existisse).



Com a bandeira do PAIGC em cerimónia militar

O período entre 1953 e 1958 foi como que experimental. Foram criadas algumas organizações políticas que no entanto se revelaram inadequadas. Era necessário encontrar algo de diferente. A FIDE apareceu e a administração colonial tinha reforçado a repressão. Em Setembro de 1956, seis dos "assimilados", entre os quais Amílcar Cabral, o seu irmão Luís Cabral e o secretário-geral adjunto do PAIGC, Aristides Pereira, reuniram-se clandestinamente para "alargarem" o movimento às camadas semiprotetidas e criar uma organização de um novo tipo, um pequeno núcleo clandestino nos centros urbanos com um largo círculo de simpatizantes; o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Cabral apoiava-se numa altura, para forjar esta nova formação política, na única categoria social que parecia ter uma visão vitalizante da situação colonial: a pequena burguesia urbana. Formada ao serviço do colonialismo, esta camada social era "hoje capaz de dirigir e utilizar os instrumentos de que o Estado colonial se servia contra o povo", frivola Amílcar Cabral (Amílcar Cabral: "Breve análise da estrutura social da Guiné Portuguesa" in Relatório do resultado dos quadros do Partido (Dakar, 1963).

Tratar-se-ia, então, de "reabilitar" (L. Mercier: "La révolution par la petite bourgeoisie" — Rev. "Frévois", Paris, Avril 1966) uma categoria social bastante descredenciada no curso dos últimos anos da história — como pareciam acreditar certos "especialistas" do terceiro mundo! Certamente, que não!

No mesmo caso, sublinhava ele, as coisas podem passar-se de outro modo. E preciso levá-la a "suscitar", quer dizer, submeter ao "controlo" popular para pôr termo à sua ascensão para a "pseudo-burguesia" (a expressão de E. Cabral). Os traços gerais que definem esta camada social da pequena-burguesia são bem conhecidos (de Thomas Hodgkin: "Nationalism in Colonial Africa", London, Muller, 1955) e subentendidos ("The Africa Middle Class" (1956) e nomeadamente pp. 85-88). O seu nascimento coincide com a "monetização" das economias africanas.

Numa sociedade em que o analfabetismo era um "facto dominante", o acesso à educação era um privilégio que lhe tinha aberto a porta de empregos outrora

apenas reservados a brancos e lhe assegurava um prestígio imediato. Mas os critérios da educação não bastam para definir o seu estatuto social. Ela é ao mesmo tempo "relativamente rica e absolutamente pobre". Rica, quando se compara o seu salário aos rendimentos da quase totalidade da população autóctone. Duplamente pobre: duplamente pobre: os salários que ela recebe são nitidamente inferiores aos salários dos seus homólogos europeus da sociedade colonial. Quanto mais ela ganha em termos monetários, maiores são as suas obrigações para prover às necessidades da sua família, constantemente alargada aos parentes afastados que bucam as cidades.

As implicações políticas do seu estatuto económico, bastante antigo, são "ambivalentes". A pequena-burguesia "ociosa" constantemente entre opções radicais que se impõem para modificar o seu "statu quo" e o seu reformismo visceral, quer dizer, o medo de perder os privilégios adquiridos graças à colonização. Estes traços gerais são bastantes para abarcar a realidade deste fenómeno movido no caso preciso da Guiné-Bissau. É preciso uma referência aos dados específicos que ela herdou por via de situação colonial. São estes traços que a determinam como uma realidade singular.



Amílcar Cabral

A fracção hegemónica

A "Guiné portuguesa" era uma colónia sem colón (brancos) uma "feitoria" (colonial "comptoir") (Teixeira da Mota: "Guiné portuguesa" — Agência Geral do Ultramar-Lisboa 1954). A sua economia escravagista era segundo a expressão dum historiador oficial português "feitoria (colonial) "comptoir" (Teixeira da Mota: "Guiné portuguesa" — Agência Geral do Ultramar-Lisboa 1954). A sua economia escravagista era segundo a expressão dum historiador oficial português "feitoria (colonial) "comptoir" (Teixeira da Mota: "Guiné portuguesa" — Agência Geral do Ultramar-Lisboa 1954). A sua economia escravagista era segundo a expressão dum historiador oficial português "feitoria (colonial) "comptoir" (Teixeira da Mota: "Guiné portuguesa" — Agência Geral do Ultramar-Lisboa 1954).

Com pouca população, graças ao carácter multiétnico e à política obscurantista de Salazar, a Guiné-Bissau contava com 99% de iletrados. Em 1961, apenas 14 guineenses tinham acabado em Portugal uma educação universitária, à excepção de uma pequena fracção integrada ao aparelho colonial, a grande maioria dos "assimilados" (pequenos funcionários do Estado ou assalariados do sector privado europeu) era mais semelhante à oposição que toda a outra fracção da sociedade.

Beneficiavam de um nível de vida superior ao das massas. Mas, derivado da sua confrontação quotidiana com o ocupante, tinham mais ocasiões de ser humilhados. Mas apesar de "modernização", eles não estavam porém "ordenados" do campeonato que, esse

escapava à influência directa do colonizador. E que as cidades, "relação dos brancos, povoadas de negros" (Jean Dresch) eram aqui de data recente. Por outro lado, o racismo histórico dos portugueses tinha dado a todos "a consciência de si próprios, o que representa um aspecto muito particular desta situação" (Cabral).

Eles formavam assim um grupo social que, pelas suas capacidades de organização, se apresentava como o herdeiro do ocupante e, como futuro gestor do Estado moderno africano. Mas este grupo estava longe de ser homogêneo. A maioria mantinha-se hesitante e preparava-se timidamente para beneficiar da independência. Como fazer, então, uma distinção entre estas diferentes componentes para descobrir aquela que parecia apta para as actividades revolucionárias que dela se esperavam?

Cabral teve muitas vezes que "rever" as suas próprias directrices quando verificava que elas bloqueavam a actividade militante do PAIGC. Uma série de ajustamentos, de tateamentos, foram necessários à chave deste regresso à realidade concreta. Não sem acasos e sem regras, mas conforme a uma "praxe" que o seu projecto revolucionário exigia e que relevava nele uma extraordinária capacidade de investigação, de invenção e de experimentação.

Cabral foi assim levado a "descobrir" que, na categoria dos assalariados, eram os empregados do porto e dos transportes marítimos (de mercadorias e de pro-

ductos agrícolas) que constituíam a "fracção hegemónica" da pequena burguesia guineense. "Muito consciente da sua posição e da sua importância económica", este grupo organizou muito antes da formação dos sindicatos "nacionalistas" — as primeiras greves (1956/1959), prelúdio da futura insurreição armada de 1962.

Era na sua actividade militante que as outras categorias de assalariados se inspiravam para se juntarem às fileiras do PAIGC, que se tornará, três anos depois — com o adido de diversos grupos autónomos — um partido dominante. O PAIGC era agora praticamente a única formação nacionalista com estruturas de acolhimento para todos aqueles que se queriam liberar pela independência do país, tanto mais que o governo português nunca permitira a criação de qualquer tipo de formação política (moderado ou de carácter tribal) entre os africanos, como era aliás comum em África.

Mas se as experiências do "terceiro mundo" confirmaram que o núcleo de contestação contra o ocupante formou-se, pela força das coisas, ao redor da pequena burguesia urbana, foram os camponeses quem constituíram o grosso do exército na batalha pela libertação.

A pequena burguesia guineense actuou em zonas limitadas, o centro da sua actividade militante (no decurso dos primeiros anos encontrava-se nos centros urbanos e ela estava, por isso, um pouco isolada das massas camponesas.



Deputados vindos do Interior velem os restos mortais do fundador do P.A.I.G.C.

Campanha para eleição de deputados à Assembleia Nacional (fim de 1972). À direita, com óculos, Vasco Cabral, membro do "bureau" político do PAIGC.



Sarmora Machel (à direita), com Luís Cabral e o primeiro-ministro guineense Beavogui, no funeral de Amílcar

O Partido formou milhares de militantes

revolucionário africano

Aquino de Bragança

Uma questão de método

A questão estava em saber operar entre estes dois grupos sociais para pôr cobro à ditadura camponês — pequena burguesia.

Era essa a questão que preocupava os dirigentes nacionalistas.

Agosto de 1955: as "forças da ordem" emagrecem uma greve nas docas de Pignatti, abando, a sangria do estivador e ferido 100 marítimos.

O comité político do PAIGC, reunido clandestinamente, em Bissau, alguns dias depois, fez uma severa autocrítica e tomou uma decisão histórica: "O partido (revolucionário) não tem que se preocupar com a existência ou não de uma classe média, mas sim com a existência ou não de uma classe trabalhadora que possa operar no campo socialista enquanto o camponês... que constitua a maioria do povo da Guiné-Bissau".



"A nossa maior força é o povo em armas."

Que fazer então? Organizar as massas camponesas e transferir a sede do Partido para Conakry, uma vez que a vizinha República da Guiné obtivera a independência.

O problema crucial e a direção do PAIGC era portanto a transformação do nacionalismo revolucionário e camponês em um "nacionalismo revolucionário" que diz, a destruição do poder colonial e a conquista do seu aparelho de Estado.

Mas como mobilizar camponeses que não tinham meios de comunicação? Como explicar-lhes que eram explorados na sua própria terra não e eram directamente pelo colonizador mais organizado — através do comércio, pela diferença entre o preço e o valor da produção agrícola?

Uma série de inquéritos agrícolas que dirigiu durante alguns anos (1954-1958) por conta da administração colonial permitiu a Cabral tomar conhecimento deste complexo "microcosmos" camponês (população da Guiné avaliada em 600 habitantes por aldeia com cerca de 250 a 300 habitantes; Manjacos 250 000; Manjacos 140 000; Fulas 100 000; Mandingas 80 000; Pares 50 000; Bramas 35 000; Bijagos 15 000, agrupamento em formações sociais dotadas de uma estratificação social característica, indo das "sociedades sem Estado" (Balanta), passando por todas as etapas de sociedades intermediárias.

Mas o fio do olhar do jovem engenheiro agrônomo não se detinha no simples registo que o governo português lhe podia...

As suas investigações orientavam-se para as organizações internas de linhagem e para o espaço das economias de subsistência, onde sobreviviam as formas modificadas de produção colonial, isto é, a economia rural, onde as condições da sociedade gineense. Este contexto impunha-se para "desbloquear" a sociedade manietada pelo peso da tradição e da cultura, para, finalmente, preparar a corrida revolucionária. O traço da "consciência nacional" entre os Fulas, encontra-se ligado à origem dos "chefes tradicionais" aristocráticos dos chefes locais. Entre eles as terras eram, em geral, colectivamente apropriadas pelas descendências e pertenciam aos aldeões. A gestão era colectiva mas dirigida pelo maior velho do grupo, as operações fundiárias faziam-se ao nível de aldeias.

A propriedade privada da terra, apareceu no período pré-colonial e conscientemente tolerada pelo ocupante, tinha-se tornado um instrumento de poder nas mãos dos chefes. Talvez seja uma das razões que explicam porque é que alguns "chefes" locais aceitaram ser as correntes de transmissão do poder colonial e se bateram só os filhos nas fileiras do exército colonial.

Completamente diferente era a situação dos camponeses balantas. Somente o "conselho dos anciãos" de uma aldeia ou de um conjunto de aldeias era chamado a tomar as decisões relativas à vida da aldeia colectiva (isto é, aldeia). Os Balantas efectuaram uma grande resistência à conquista. O ocupante impôs então chefes estranhos (Mandingas) para servir de rodízio dentro da máquina administrativa colonial.

Certamente que a oposição entre o "tradicionalismo" dos Pares e o "dinamismo" dos Balantas não constituía um isolamento absoluto mas explicava porque é que os Balantas eram mais disponíveis e aceitaram, desde o início, a ideia de libertação nacional, e porque é que os Fulas — pelo menos no nível das suas chefias — foram reacios às suas apelações ao PAIGC.

As chefias descentralizadas, junto das suas chefias tradicionais (os camponeses) não estavam em condições de impedir a pequena burguesia urbana de estabelecer contactos com as massas passando por cima da cabeça dos seus chefes. Tratava-se então de saber como estabelecer este ponto?

Foi esta intuição "heróica", que Cabral empregou no recrutamento selectivo dos quadros, que lhe permitiu refinar as estruturas do PAIGC, contradas não já tanto na reivindicação como na conquista e o exercício imediato do poder.

A escola foi feita levando em conta um duplo critério: o seu prestígio no meio urbano e o seu estatuto social no mundo rural. E entre a categoria dos camponeses reconhecidos à cidade, os "muito" ainda muito ligados ao "muito" que foram recrutados os jovens militantes. Autodidactas, alertas à modernidade da vida europeia, não exercendo muitas vezes qualquer ofício e vivendo a expensas da sua família pequeno-burguesa ou operária, na boa tradição africana.

Durante dois longos anos — antes da passagem à luta armada — cerca de um milhar destes "furores quadros" passaram pelo "Foyer" do PAIGC em Conakry — para onde já tinha sido transferido o secretariado do Partido.

Para a sua reclicagem tinha por fim faz-los ascender a uma men-

A isso conduziu o desejo de segurança, a protecção do partido unificador, o PAIGC, e forçou os homens ao combate libertador. Eles recusaram a exercer os seus direitos "naturais" para, finalmente, reivindicar a libertação do conjunto do território nesse momento ocupado por Portugal.

Em 1960, opera-se "a inversão progressiva da situação política das duas forças em presença" (Cabral). As forças portuguesas foram revidadas a defender os nacionalistas do PAIGC transformados em seus "militantes armados" (Cabral) alargaram a ofensiva ao conjunto do país: 60% das regiões com 50% da população encontravam-se libertadas. Nas zonas em conflito ou parcialmente libertadas, os portugueses perdiam progressivamente o "controle" político.

O exército português (25 000, ou seja, 25 vezes mais do que o efectivo de um de 1961) perdeu já a guerra!

A luta armada levou à destruição quase total dos aparelhos do Estado Colonial. Mas de dois terços do território escapava a presença da "poderia administrativa". O PAIGC exerce uma soberania "de facto" sobre mais de 50% da população e pode afirmar que a Guiné é "um Estado em desenvolvimento sendo em um terço do seu território, de uma agressão imperialista à semelhança da Vietnam do Sul" (Cabral).

O novo poder revolucionário deve descrever sobre as ruínas colapsadas (as estruturas administrativas herdadas do colonialismo) foram destruídas nas regiões libertadas e, em dias, as relações de produção de tipo capitalista das quais eram expressão a sua vocação gestora e forçosa os esquemas de vida desconhecidos, para administrar os territórios libertados.

Segundo a feliz formulação de Mário Andrade, "estas regiões constituem o quebra-cabeças encaixados pelas "praxias" destas guerras populares de movimento... onde se demonta da vida política, administrativa, socio-cultural e económica das populações não reconhecidas ao passo que a aldeia que se afunda o poder colonial. E as "praxias" de "destruição estrutural" que, as populações rurais, sobretudo, dirigidas pelos próprios políticos da sua organização vivem (fazem) a experiência da independência...".

A integração nacional operada, a "quente", desdobra-se a um nível duplo: horizontalmente, pela fusão de diferentes grupos étnicos para formar a nação, e verticalmente, pelo fim à diluição entre as "elites ocidentizadas" (pequena-burguesia) que constituem, à escala da sociedade, a composição ideológica e as massas camponesas ainda sob a influência das estruturas tradicionais.

E aqui que se opera o "contato" entre a "praxia" do PAIGC e as dos partidários africanos em formação nos países onde a independência é tardada ou não se estruturou o Estado Colonial.

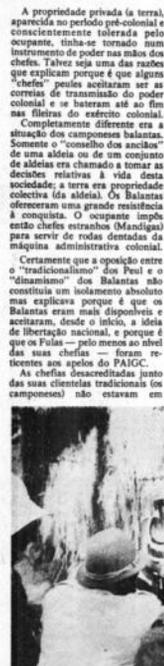
É certo que, historicamente falando, a FNL (argentina) tinha marcado o início da revolução em África, mas o combate armado bloqueado na África a Sul do Sahel como consequência das múltiplas derrotas das vanguardas nacionalistas (UPC nos Camarões, Frelimo no Congo, FPLI no Quênia, etc) face à ofensiva do império e à constituição do neocolonialismo.

"O fundamento da libertação nacional (tinha) sido Cabral na Conferência Tricontinental, em Havana, segun qual, frente ao dilema internacional, resolveu no dilema inelutável de se pôde ou não construir a sua própria história, e o objectivo da libertação nacional é a reconquista deste direito usurpado pelo imperialismo, a saber, a libertação do processo das forças produtivas nacionais. Por esta razão, quando não, todo o movimento de libertação que não leve em linha de conta este fundamento e este objectivo, poderá certamente lutar contra o imperialismo mas seguramente não lutará deste modo pela libertação nacional. Isto implica que, todos presentes as características essenciais da economia mundial dos nossos dias, bem como as experiências já vividas no domínio da luta anti-imperialista, o aspecto principal da luta de libertação nacional é, em todo caso, a consideração de uma libertação nacional exige que sobrevenha uma mudança profunda no processo de desenvolvimento das forças produtivas, apercebeções que o imperialismo e a libertação nacional correspondem necessariamente a uma revolução. O que importa é estar conscientes das condições objectivas em que esta revolução se faz, e combater na forma de uma luta mais apropriada à sua realização".

Para não tratar a revolução, a pequena-burguesia urbana é, neste específico sentido, o sal da terra que uma ideologia nacionalista universalista tem por obrigação fazer "suicidar-se" (sacrificar-se), tinha dito Cabral, ainda que, pela mesma parte, um lento processo de extinção ("depérisement") não parecia mais adequado que um suicídio.

Foi assim esta guerra indócil da Guiné-Bissau, onde um partido político (o PAIGC) se pô à cabeça de uma revolução sem precedentes na África Negra. Ela começou por cima, sob a direcção dum partido de massas, (pequena-burguesia) para ser alargada à base (camponês) do país.

Estão lá foi um dos menores méritos de Amílcar Cabral, já que foi por ele e com ele que se formou uma nova estrutura de poder e que se forjou o instrumento (o partido revolucionário) que pô de novo em movimento a causa de dominação estrangeira neste canto da África.



O colonialismo perdeu progressivamente o "controle" político

Campanha para eleição de deputados à Assembleia Nacional (fim de 1972). À direita, com óculos, Vasco Cabral, membro do "bureau" político do PAIGC.

Etapas no caminho da vitória

- 1954 — Tentativa de criação da Associação de Desportos e Recreio (Clube Desportivo), em Bissau.
- 1955 — Fundação do M. I. N. G. (Movimento para a Independência Nacional da Guiné).
- Reunião da Conferência de Bandung.
- 1955 — (19 de Setembro) Criação do P. A. I. G. C. em Bissau.
- 1957 — (Dezembro) Reunião de consulta e de estudo para o desenvolvimento da luta contra o colonialismo português na qual participaram dirigentes de Angola, Moçambique, Guiné.
- 1959 — (3 de Agosto) Massacre dos estivadores do Pídjiguiti.
- 1960 — (Janeiro) Segunda sessão da Conferência dos Povos Africanos em Tunes.
- Constituição da FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas).
- (4 de Abril) Proclamação da independência do Senegal.
- (1 de Dezembro) Aparece "Libertação", órgão de informação do PAIGC.
- 1961 — (4 de Fevereiro) Estala a luta armada em Angola, sob a direcção do MPLA.
- (18 de Fevereiro) Nascimento da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) em Casablanca.
- 1962 — (15-30 Janeiro) Ataque ao quartel de Tipe por um comando.
- E começa da luta armada no sul da Guiné-Bissau.
- (25 de Maio) Nascimento da OUA.
- (Julho) Abertura da Frente Norte.
- (17-22 Julho) Conferência de quadros tendo por objecto o desenvolvimento da luta nas ilhas de Cabo Verde.
- 1964 — (Janeiro-Março) Batalha de Como.
- (13-17 Fevereiro) Primeiro congresso do PAIGC numa região libertada do sul da Guiné.
- (19 Setembro) Proclamação pela FRELIMO da insurreição geral armada em Moçambique.
- (19 Setembro) Constituição das primeiras unidades do exército regular.
- Abertura da frente leste.
- (Dezembro) Edição do primeiro livro escolar.
- 1965 — (Março) Inauguração em Conakry.

uma escola-internato para os filhos dos combatentes.

— (Agosto) Visita da primeira missão militar da OUA às regiões libertadas da Guiné.

1966 — 3 de Janeiro) Criação da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL) em Havana.

— (Dezembro) Reorganização das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP).

1967 — (16 de Janeiro) Inauguração da estação emissora: "Rádio Libertação".

— (Outubro) Primeira remessa de armas às populações das aldeias na região de Kitafine (frente sul).

1968 — (15 de Janeiro) Voto por aclamação "de uma moção de felicitações e de encorajamento ao PAIGC" pela reunião do Comité de Libertação da OUA, em Conakry.

— (19 de Fevereiro) Ataque ao aeroporto de Bissalana (a dez quilómetros de Bissau) por um comando do Exército Popular.

1969 — (3 de Fevereiro) Assassinato do dr. Eduardo Mondlane, presidente da FRELIMO.

— (5 de Fevereiro) Tomada do campo embelecido de Madina do Boé, que termina a libertação da região do Boé.

1970 — (Junho) Conferência internacional de solidariedade com os Povos das colónias portuguesas, em Roma.

— (1 de Julho) O Pape recebe em audiência Amílcar Cabral, Agostinho Neto (MPLA) e Marcelino dos Santos (FRELIMO).

— (22 de Novembro) Portugueses invadem a Guiné (Conakry).

1971 — (Agosto) Reunião do Conselho Superior de Luta, em território libertado, que toma a decisão de proclamar o novo Estado independente da Guiné-Bissau.

1972 — Envio de uma missão à ONU a território libertado.

— (Maio) Conferência da OUA em Rabat. Reconhecimento dos movimentos de Libertação como participantes.

— (Novembro) Declaração de Amílcar Cabral à ONU. Resolução do Conselho de Segurança, que conagra o reconhecimento do PAIGC como representante legítimo do povo da Guiné.

26 de Agosto de 1974 (Vitória)

"Reunidas em Argel, aos vinte e seis dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e setenta e quatro, as delegações do Governo português e do P. A. I. G. C. na sequência de negociações bilaterais anteriormente realizadas, em ambiente de grande cordialidade, em Londres e em Argel, anunciam ter chegado a acordo completo.

"Desse acordo destacam desde já, e em síntese, os pontos seguintes:

- "1 — O reconhecimento "de jure" da República da Guiné-Bissau, como Estado soberano, pelo Estado português, terá lugar no dia 10 de Setembro de 1974.
- "2 — O cessar-fogo mutuamente observado "de facto" em todo o território da República da Guiné-Bissau, pelas forças de terra, mar e ar das duas partes converte-se, automaticamente, a partir desta data, em cessar-fogo "de jure".
- "3 — As duas delegações acordaram em que as Forças Armadas portuguesas se retirarão totalmente do território da República da Guiné-Bissau até ao dia 31 de Outubro de 1974.
- "4 — As duas delegações acordaram igualmente que o Estado português e República da Guiné-Bissau estabeleçam e desenvolvam relações de cooperação activa, nomeadamente nos domínios económicos, financeiro, cultural e técnico, numa base de independência, respeito mútuo, igualdade, reciprocidade de interesses, e de relações harmoniosas, entre os cidadãos das duas Repúblicas.
- "Para esse efeito, as duas delegações acordaram em que o Estado português e a República da Guiné-Bissau estabeleçam relações diplomáticas ao nível de embaixador após o reconhecimento "de jure" por Portugal da República da Guiné-Bissau e celebrem, no mais curto prazo, acordos que concretizem as novas relações entre os dois países.
- "5 — A delegação portuguesa, em nome do seu Governo, reafirma o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência e garante a efectivação desse direito de acordo com as resoluções pertinentes da Organização das Nações Unidas, tendo também em conta a vontade expressa da Organização da Unidade Africana.
- "6 — As duas partes consideram que o acesso de Cabo Verde à independência, no quadro geral da descolonização dos territórios africanos sob dominação portuguesa, constitui factor necessário para uma paz duradoura e uma cooperação sincera entre a República da Guiné-Bissau e a República portuguesa.
- "7 — Lembrando a resolução do Conselho de Segurança, que recomenda a admissão da

República da Guiné-Bissau na Organização das Nações Unidas, a delegação do P. A. I. G. C. regista com satisfação os esforços diplomáticos significativos feitos nessa ocasião pelo Governo Português, os quais estão em perfeita harmonia com o espírito de boa vontade que anima ambas as partes.

"8 — As duas delegações exprimem a sua satisfação por terem podido levar a bom termo as negociações que tornaram possível o fim da guerra de que foi responsável o depósito regime português, e abrirem perspectivas para uma frutuosa e fraterna cooperação entre os respectivos países e povos."

A delegação do Governo português: Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros; António Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial; Vicente Almeida d'Éca, capitão-de-mar-e-guerra; Hugo Manuel Rodrigues dos Santos, major de Infantaria.

Delegação do Comité Executivo da Luta (C. E. L.) do P. A. I. G. C.: Pedro Pires, membro do C. E. L. e comandante; José Araújo, membro do C. E. L. e comandante; José Araújo, membro do C. E. L.; Otto Schacht, membro do C. E. L.; Lúcio Soares, membro do C. E. L. e comandante; Luís Oliveira Sanca, embaixador.

Entretanto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros distribuiu a seguinte nota oficiosa:

"Foi assinado hoje, em Argel, um protocolo de cessar-fogo entre a delegação do Governo português, composta pelos ministros da Coordenação Interterritorial e dos Negócios Estrangeiros, drs. Almeida Santos e Mário Soares e pelo sr. capitão-de-mar-e-guerra Almeida d'Éca e major Hugo dos Santos, e a delegação do P. A. I. G. C., chefiada pelo comandante Pedro Pires.

"Nos termos deste protocolo ficou estabelecido "de jure" o cessar-fogo que existia já "de facto" depois do encontro de Dakar entre o dr. Mário Soares e o sr. Aristides Pereira, secretário-geral do P. A. I. G. C.

"Ficou igualmente acordado que Portugal reconhecerá, no próximo dia 10 de Setembro, a República da Guiné-Bissau. O Presidente da República, general António de Spínola, procederá, nessa data, e de acordo com a lei constitucional, ao reconhecimento da República da Guiné-Bissau, acto histórico que assinalará o primeiro marco no processo da descolonização.

"Foi ainda decidido que, uma vez feito o reconhecimento, se procederá à troca imediata de embaixadores entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau.



Em Conakry durante um simpósio em memória de Amílcar Cabral. Reconhecem-se os dirigentes do PAIGC, Vasco Cabral e Osvaldo Vieira